



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27909 - DF (2021/0216839-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE E PROMOCAO SOCIAL - PROVIDA INSTITUTO
ADVOGADOS : GUILHERME GUERRA REIS - ES010983
RENATA APARECIDA DE LIMA - MG154326
IMPETRADO : MINISTRO DA SAÚDE
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pelo INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE E PROMOCAO SOCIAL - PROVIDA INSTITUTO contra ato praticado pelo MINISTRO DA SAÚDE, ao indeferir o requerimento de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

Argumenta que "o ato administrativo que negou a concessão da certificação CEBAS à Impetrante afigura-se, além de abusivo, ilegal, desarrazoado e desproporcional, extremamente gravoso" (e-STJ fl. 6), sobretudo diante da relevância de sua atuação em prol do Sistema Único de Saúde.

Sustenta a presença do direito líquido e certo a amparar a concessão da segurança, tendo em vista preencher todos os requisitos legais necessários à obtenção do referido certificado.

Destaca que a negativa impede o seu acesso a recursos e incentivos públicos, em especial, às isenções fiscais das contribuições sociais à Previdência Social.

Requer, liminarmente, a revogação dos "efeitos do Despacho nº 73, de 18 de março de 2021, assinado pelo Ministro de Estado da Saúde, publicada no Diário Oficial da União em 19 de março de 2021, determinando-se a concessão do CEBAS à IMPETRANTE com período de vigência no prazo estabelecido pela Lei nº 12.101/09, até o final da presente demanda" (e-STJ fl. 31).

No mérito, pugna pela confirmação em definitivo da liminar, para que seja declarado o seu direito à certificação.

É o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos no *mandamus*; e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que o perigo da demora não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida.

Com efeito, não restou demonstrada a possibilidade de ocorrência de dano irreparável enquanto se aguarda o trâmite regular da demanda judicial, a ponto de justificar a intervenção judicial em sede de plantão.

De outro vértice, as alegações deduzidas para demonstrar a probabilidade

do direito invocado não se afiguram suficientes a respaldar o deferimento da tutela de urgência, sobretudo porque a presunção de legitimidade do ato administrativo prevalece até prova cabal em sentido contrário.

Ante o exposto, **indefere-se o pedido de liminar**, sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator.

Notifique-se a autoridade coatora para que preste informações no prazo de 10 dias (art. 7º, I, da Lei n. 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei n. 12.016/2009).

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, caput, da Lei n. 12.016/2009).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 21 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência